

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.516 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2002

## Aprovados cinco projetos para combater a violência

Aumento nas penas é contemplado no pacote de medidas sugeridas pela Comissão Mista de Segurança. Homicídio passa a ser punido com o mínimo de oito anos de prisão, enquanto assalto com lesão corporal grave recebe de 16 a 24 anos



Peões acompanham das galerias do Plenário votação de projeto que humaniza atividade de rodeio e só depende da sanção presidencial para virar lei

**M**ais cinco dos 24 projetos elaborados pela Comissão Mista de Segurança Pública foram aprovados ontem pelo Plenário do Senado. O presidente da comissão, Iris Rezende, lembrou que os parlamentares examinaram quase 300 propostas que tramitavam no Congresso. Artur da Távola observou que o assassinato do jornalista Tim Lopes revela “estado de guerra”.

PÁGINAS 4 E 5

**Peão deve contar com médico no rodeio**

PÁGINA 3

**Projeto ajuda estados a pagar precatórios**

PÁGINA 3

**Senadores concluem hoje a votação da CPMF**

PÁGINA 2

### Aluno da zona rural pode ter transporte de graça

Comissão de Educação aprova proposta que garante transporte escolar gratuito aos alunos da rede de educação básica que residem na zona rural. O substitutivo do senador Moreira Mendes a projeto de lei da Câmara será submetido ao exame do Plenário do Senado.

PÁGINA 12



Os senadores da Comissão de Educação também aprovaram ontem projeto que concede às Forças Armadas canal de TV a cabo

## Senado realiza hoje a última votação da CPMF

O Senado realiza hoje três sessões plenárias destinadas à discussão e votação, em segundo turno, de três propostas de emendas constitucionais: a que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a que beneficia os policiais militares de Rondônia e a que cria taxa de iluminação pública.

Aprovada em primeiro turno na semana passada, a PEC que prorroga a CPMF está prevista para vigorar até 31 de dezembro de 2004, quando o próximo presidente da República completa seu segundo ano de mandato.

Com a aprovação dessa proposta, desde que seja imediatamente promulgada, não será interrompida a cobrança do tributo, porque, na votação em primeiro turno, foi excluída do texto a exigência de que a cobrança só poderia voltar a ser feita passados 90 dias de sua promulgação.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto dos senadores Álvaro Dias (PDT-PR) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) que institui contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios. O texto será votado nos termos de redação oferecida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para o segundo turno.

A terceira PEC a ser votada é de iniciativa do presidente da República e incorpora os policiais militares do extinto território federal de Rondônia aos quadros da União. Às 12h, atendendo a requerimento do senador José Sarney (PMDB-AP), o Plenário realiza sessão especial para dar início ao programa comemorativo dos 111 anos do Senado da República.

# Projeto impõe maior rigor à elaboração de pesquisas

Conforme texto em exame na CCJ, diretores dos institutos que fornecerem informações errôneas à Justiça Eleitoral poderão ser condenados a prisão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar na reunião de hoje, a partir das 10h, projeto de lei do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que impõe maior rigor à elaboração e divulgação de pesquisas de opinião. Pela proposta, que pode ser aprovada em caráter terminativo e recebeu substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS), os diretores de institutos de pesquisa que fornecerem informações errôneas à Justiça Eleitoral ou que apresentarem fraudes nos resultados podem ser condenados a prisão, e a empresa pode ter seu registro cassado.

Na mesma reunião, a CCJ examina projeto de resolução do senador Osmar Dias (PDT-PR) que antecipa o início formal do processo de cassação de mandato parlamentar, a partir do qual, mesmo renunciando, o senador não pode mais livrar-se do processo. Atualmente, esse momento é marcado pela votação, pela Comissão Diretora, do relatório do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que sugere a abertura da investigação de denúncia.

A proposta estabelece que a abertura do processo se dará quando da apresentação formal, no Conselho de Ética, de relatório pedindo abertura de investigação de prática de atos contra o decoro parlamentar. Para Osmar Dias, cujo projeto tem parecer favorável do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), esse

deve ser o limite para que a renúncia extinga a continuidade do processo. Caso aprovado, o parecer da CCJ sobre o projeto de resolução seguirá para análise da Comissão Diretora.

**OMISSÃO DE AUTORIDADE**  
Também está na pauta da CCJ o projeto de lei da comissão que analisou os efeitos do fenômeno "El Niño" no país. A proposição estabelece que o presidente, governador ou prefeito que, mesmo alertado por órgão do sistema de defesa civil, se omitir em adotar medidas para combater tragédias e desastres climáticos estará incorrendo em crime de responsabilidade. De acordo com a proposta, caso seja confirmada a omissão, o presidente pode perder o mandato e os prefeitos podem até ser presos. O relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), é favorável à aprovação do projeto.

Os senadores da CCJ devem examinar ainda a proposta de emenda à Constituição que inclui a ali-

mentação entre os direitos sociais previstos no artigo 6º do texto constitucional, ao lado de educação, saúde, trabalho e moradia, por exemplo. A matéria, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), tem relatório favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

A comissão também analisa, em caráter terminativo, projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que concede anistia *post mortem* a João Cândido Felisberto, o "Almirante Negro", que liderou a Revolta da Chibata. Na qualidade de relator, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) recomenda a aprovação da matéria, de acordo com substitutivo que apresentou.

Outra proposta de Marina Silva, que cria a Comissão Permanente de Legislação Participativa no Senado, deve ser discutida na reunião. O objetivo do projeto, que tem relatório favorável do senador Osmar Dias, é abrir um canal para que a Casa possa receber sugestões de leis da sociedade civil.



Proposta de José Eduardo Dutra, que recebeu substitutivo de Pedro Simon, prevê também a perda do registro da empresa responsável por erro em pesquisa eleitoral



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

9h45 — Recebe o senador Renan Calheiros, acompanhado de representantes da Andes, Fasubra e Denem

10h — Recebe a coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda Arns Neumann

10h15 — Preside sessão deliberativa extraordinária  
12h — Preside sessão especial destinada a dar início ao programa comemorativo dos 111 anos de existência do Senado da República. *Plenário do Senado*

12h15 — Cerimônia de entrega das insígnias da Ordem do Rio Branco. *Hall do Palácio Itamaraty*

13h — Almoço em homenagem ao Dia do Diplomata. *Palácio do Itamaraty*

15h — Recebe o ministro Humberto Souto, presidente do Tribunal de Contas da União

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02, que dispõe sobre a CPMF; primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/02, incorpora os policiais militares do extinto território de Rondônia aos quadros da União; e primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02, institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios.

Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02, que dispõe sobre a CPMF; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/02, incorpora os policiais militares do extinto território de Rondônia aos quadros da União; e segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02, institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios.

12h — Sessão Especial destinada a dar início ao programa comemorativo dos 111 anos de existência do Senado da República

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 18/02, que dispõe sobre a CPMF; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 19/02, incorpora os policiais militares do extinto território de Rondônia aos quadros da União; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 3/02, institui contribuição para custeio do serviço de iluminação pública no Distrito Federal e municípios; Mensagem nº 157/02, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Marcus Camacho de Vincenzi para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovada nova fonte de recursos para precatório

Substitutivo de Romeu Tuma autoriza uso de dinheiro dos depósitos judiciais no pagamento de débitos de processos envolvendo cobrança de salários, pensões e benefícios previdenciários, além de indenizações por morte ou invalidez

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que autoriza os estados e o Distrito Federal a usarem dinheiro dos depósitos judiciais (relativos a processos tributários) no pagamento de precatórios alimentícios, que são os débitos judiciais de processos que envolvem cobrança de salários, pensões e benefícios previdenciários, além de indenizações por morte ou invalidez. A maior parte desses precatórios se refere a cobrança de reposição de salários e de aposentadorias.

Pela Constituição, os precatórios alimentícios têm prioridade de pagamento, mas boa parte dos estados e o DF estão com os pagamentos em atraso, o que motivou cerca de 2.500 processos no Supremo Tribunal Federal solicitando intervenção federal nessas Unidades da Federação. O presidente do Supremo, ministro Marco Aurélio Mello, pediu ao Congresso que encontre uma forma de ajudar os estados e informou que a partir de agora terá de colocar em julgamento os processos de intervenção.



Substitutivo elaborado por Tuma será agora submetido à Câmara dos Deputados

Os senadores optaram pelo substitutivo que o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou a um projeto de autoria do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP). Madeira previa a criação de um fundo, nos bancos, com 20% do dinheiro dos depósitos judiciais vinculados a causas tributárias (demandas em torno do pagamento de impostos), repassando o restante aos estados, para o pagamento dos precatórios judiciais. O objetivo do fundo é manter dinheiro disponível caso o banco

tenha de devolver uma quantia elevada a um demandante ou à fazenda estadual. Tuma mantém o fundo de 20%, mas prevê que “poderão” ser repassados aos estados, para o pagamento dos precatórios, 50% dos depósitos judiciais.

Com as mudanças, o projeto retornará ao exame dos deputados. Romeu Tuma disse que manteve entendimentos com Arnaldo Madeira e ouviu dele que aceita as mudanças e pretende negociar para que o projeto seja votado ainda neste semestre pela Câmara.

Senadores do Bloco Oposição tentaram, sem sucesso, convencer o Plenário a votar pelo projeto original da Câmara, sob o argumento de que ele coloca mais dinheiro à disposição dos estados. Heloísa Helena (PT-AL) observou que não existe um levantamento sobre o valor dos depósitos judiciais tributários nem sobre valores de precatórios alimentícios em atraso. “Votamos no escuro. Não sabemos se esse projeto resolverá ou não o problema”, afirmou.

## Rodeios deverão oferecer médico e seguro de vida

O Senado aprovou ontem projeto que obriga os promotores de rodeios ou atividades de montaria a colocar à disposição dos peões e de seus auxiliares médicos e ambulâncias, além de contratar seguro de vida em favor de todos que participem de provas. Também terão de contratar um médico veterinário para verificar o estado de saúde dos animais e se eles estão sofrendo maus-tratos.

Trata-se de um projeto apresentado na Câmara pelo deputado Jair Meneguelli (PT-SP) e, por ter sido aprovado sem mudanças, irá imediatamente à sanção do presidente da República. A votação foi acompanhada das galerias por peões e provocou longo debate porque a senadora Heloísa Helena (PT-AL) questionou o uso de sedém (corda feita de crina de cavalos) para apertar a virilha dos touros e cavalos, para que pulem mais. “Eles pulam porque são feridos pelo sedém e pelas esporas dos peões”, frisou.

Heloísa Helena foi contestada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO), relator da matéria, afirmando que veterinários comprovaram em laudos que a corda e as esporas sem rosetas pontiagudas não ferem os animais. “Uma prova de montaria



Genalio Magela

Peões acompanharam, das galerias, a votação do projeto

em rodeio dura cerca de 8 segundos, o que é um tempo curto de desconforto do animal”, disse Moreira Mendes. Ele levou ao Plenário uma espora sem rosetas pontiagudas, a única que poderá ser usada nos rodeios, para demonstrar que ela não provoca ferimentos. — Sem esporas e sedém, o animal não pula e não há rodeio, uma das poucas diversões de todo o interior do país — sustentou.

Moreira Mendes foi apoiado por outros senadores, todos ponderando que os rodeios são importantes e que os touros e cavalos usados nessas provas são bem alimentados e cuidados. Iris Rezende (PMDB-GO) observou que, comparando aos cavalos que puxam carroças, os animais de rodeios são bem tratados, porque as provas duram poucos se-

gundos. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que a cidade de Barretos (SP), que realiza todo o ano a Festa do Peão, arrecada mais com o evento que a cidade do Rio de Janeiro com o carnaval. “Isso mostra a importância econômica dessa atividade, que gera milhares de empregos, além de diversão”, afirmou.

Defenderam ainda o projeto os senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO), Maguito Vilela (PMDB-GO), Leomar Quintanilha (PFL-TO), Chico Sartori (PSDB-RO), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Nabor Júnior (PMDB-AC). Suassuna disse ter ficado surpreso ao saber que o parque Terra Encantada, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, terá um rodeio entre suas atrações.

## Repasse a câmara municipal não poderá excluir receitas

Nenhum prefeito poderá excluir multas e dívidas em cobrança ativa ao repassar verbas à câmara de vereadores. Proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pelos senadores ontem deixa claro que o prefeito deve repassar à câmara municipal percentuais da receita líquida corrente, como determina a lei, sem qualquer exclusão. A legislação atual, conforme o senador Luiz Otávio (PPB-PA), deixa dúvidas de interpretação, e os prefeitos adotam a opção do seu interesse.

Luiz Otávio foi o relator da PEC, que ainda terá de ser votada em segundo turno antes de ser enviada ao exame da Câmara dos Deputados. Ele ofereceu um substitutivo ao projeto apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), que pretendia excluir do cálculo para os repasses mensais de verbas os gastos com pensionistas e encargos sociais. O Plenário não concordou com a proposta e se decidiu pelo substitutivo, que uniformiza para todo



Conforme Luiz Otávio, a legislação atual permite dúvidas de interpretação

o país os critérios para gastos com o legislativo municipal.

A emenda constitucional confirma os percentuais, já contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, das receitas correntes líquidas municipais que os prefeitos têm de repassar às câmaras de vereadores, para cobrir todos os seus gastos, inclusive salários de vereadores e funcionários. Os percentuais vão de 8% para municípios com até 100 mil habitantes a 5% para aqueles com mais de 500 mil habitantes.

## Unificação ortográfica deixa de ter prazo determinado

Uma mudança no acordo de 1990 que prevê a unificação ortográfica da língua portuguesa em Portugal, Brasil e outras cinco ex-colônias — Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe — foi aprovada ontem pelo Senado. A alteração retira do acordo qualquer data para que seja elaborado um vocabulário ortográfico comum, antes previsto para janeiro de 1994.

O relator do projeto, senador José Sarney (PMDB-AP), considera que a unificação não será alcançada, pois especialistas do Brasil e de Portugal não abrem mão de algumas regras próprias. Com isso, por exemplo, os portugueses continuarão escrevendo “Antônio” e os brasileiros “Antônio”, sem contar a pronúncia diferente (aberta lá e fechada aqui).

Conforme Sarney, houve a unificação de alguns pontos do voca-

bulário ortográfico, mas não na totalidade. “Existem, na língua falada nos sete irmãos lusófonos, pronúncias diferentes de país a país (e mesmo de região para região) muito difíceis de superar e de indicar uma delas como denominador comum a ser adotado por todos”, observa. Ele pondera que acentos como o trema, a cedilha e o hífen continuam existindo para mostrar a diferenciação de pronúncia.

O projeto aprovado prevê que os países de língua portuguesa “tomarão as providências” para a elaboração de um vocabulário ortográfico comum “tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível”, mas apenas quanto às terminologias científicas e técnicas.

Na mesma sessão, foi aprovado projeto que dá o nome de “Aeroporto de Porto Velho/Governador Jorge Teixeira de Oliveira” ao aeroporto da capital de Rondônia.

## COMBATE À VIOLÊNCIA

# Plenário aprova mais cinco projetos do pacote

O Plenário do Senado aprovou ontem mais cinco projetos dos 24 que integram o pacote antiviolença elaborado pela Comissão Mista de Segurança Pública, que trabalhou durante 60 dias, em regime de urgência, tendo como presidente o senador Iris Rezende (PMDB-GO) e como relator o deputado Moroni Torgan (PFL-CE). Dois outros projetos já haviam sido aprovados pelo Senado. As cinco matérias examinadas pelo Plenário seguirão para a Câmara dos Deputados, mas duas terão que ser submetidas antes a votação em segundo turno.

O presidente da comissão, senador Iris Rezende, explicou que foram examinadas exaustivamente quase 300 propostas sobre segurança pública que tramitavam no Congresso Nacional, para que se chegasse finalmente a 24, depois da sistematização. Onze estão sendo votadas pelo Senado, e 13 pela Câmara dos Deputados. O relator da comissão, deputado Moroni Torgan, acompanhou a votação. Os projetos ainda pen-

dentes de exame em turno suplementar de votação são os que mudam a instrução dos crimes sujeitos a Tribunal do Júri e os que mudam a forma de interrogatório de suspeitos de crimes.

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), vice-presidente da comissão mista, disse que, ao votar os cinco projetos ontem, o Senado não estava legislando sobre o Código Penal ou o Código de Processo Penal, mas no que considera um verdadeiro "estado de guerra". Távola disse que o assassinato do jornalista Tim Lopes, no Rio de Janeiro, comprova que o país vive uma situação de excepcionalidade.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) comparou a situação do Brasil à da Colômbia, onde os juízes têm que ir trabalhar e presidir as cortes com máscaras no rosto,



No Plenário, vários senadores destacaram o trabalho da Comissão Mista de Segurança Pública

para não serem reconhecidos pelos criminosos que tentam condenar.

## PROVAS

Um dos projetos aprovados ontem modifica o Código de

Processo Penal, permitindo que os juízes, ao formarem convicção para proferir sentença pelo livre exame das provas, poderão levar em conta também as que forem colhidas durante a

fase do inquérito policial – ou seja, antes de iniciada a ação penal. Ficam excluídas do exame judicial apenas as provas obtidas de forma ilegal ou inconstitucional.

## Marido violento poderá ser afastado de casa

Um juiz poderá ordenar o afastamento temporário de casa do cônjuge ou companheiro que represente ameaça à integridade física ou moral



Freire foi relator do projeto aprovado

da própria família, conforme projeto de lei aprovado ontem pelo Plenário. A medida modifica o Código de Processo Civil e segue para exame da Câmara dos Deputados. Segundo a proposta, o requerimento de afastamento a ser apresentado diretamente ao juiz deverá detalhar as condições familiares e descrever as ameaças e situações de risco.

O ofendido ou acusador poderá também apresentar queixa à polícia ou ao Ministério Público, que encaminhará ao juiz pedido de afastamento do cônjuge. O projeto visa prevenir os casos de violência doméstica, principalmente contra mulheres e crianças. A proposta foi relatada pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

## Homicídio passa a ter pena mínima de 8 anos

O crime de homicídio passará a ser punido com o mínimo de oito anos de prisão e máximo de 30 anos. Projeto aprovado ontem pelo Plenário do Senado estabelece que a liberdade condicional a detentos acusados de assassinato só poderá ser concedida após o cumprimento de dois terços da punição. A pena mínima, pela legislação atual, é de seis anos. A medida integra o conjunto de propostas elaboradas pela Comissão Mista de Segurança Pública.

Também deverão ter pena aumentada os criminosos condenados por assaltos com violência física – se houver lesão corporal grave, a pena será de 16 a 24 anos de prisão, enquanto hoje vai de sete a 15 anos. Se o assalto resultar em morte, a pena mínima passa de 20 a 24 anos, e a máxima fica mantida em 30 anos.

Outro projeto aprovado estabelece penas alternativas para os chamados "crimes de pequena monta". Os condenados seriam obrigados a frequentar cursos profissionalizantes e cumprir outras atividades de reabilitação



Projetos aprovados ontem integram o pacote antiviolença, elaborado pela Comissão Mista de Segurança Pública em regime de urgência

social pelo mesmo tempo que seria fixado para a prisão.

Foi aprovado ainda projeto de lei segundo o qual o acusado que se apresentar ao juiz durante o processo penal terá direito à presença de um defensor, constituído pelo próprio acusado ou nomeado pelo Judiciário. Quando se tratar de réu perigoso ou houver risco de fuga durante o transporte, o interrogatório será feito no próprio presídio em que o suspeito estiver detido, em "compartimento adequado". Se o suspeito

não falar português, fica garantida a presença de um intérprete reconhecidamente habilitado.

Se o interrogado for menor de idade, terá direito à presença de um advogado. Este projeto depende ainda de uma votação em segundo turno, dois dias úteis após a aprovação em primeiro turno.

Outro projeto aprovado aperfeiçoa e torna mais rápida a fase de instrução de crimes de competência do Tribunal do Júri.

## Comércio exterior terá mais proteção contra o crime

O Senado aprovou ontem projeto de lei que inclui, no Código Penal, os crimes de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e corrupção praticados por funcionários públicos em transações de comércio internacional. A proposta modifica lei de criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que funciona no âmbito do Ministério da Fazenda com a função de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de lavagem de dinheiro e crimes contra o sistema financeiro.

O projeto foi elaborado pela Comissão Mista de Segurança Pública, criada para analisar propostas de combate à criminalidade.

Também são estabelecidas, pelo projeto, penas para o financiamento do terrorismo e o tráfico ilícito de drogas, órgãos humanos ou pessoas, que passam a ser considerados crimes graves. As penas vão de três a dez anos de prisão, mais multa pecuniária.

A proposta será agora examinada pela Câmara dos Deputados.

## COMBATE À VIOLÊNCIA

# Segurança deve ser prioridade, diz Tebet

O presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou a contribuição da Casa, nos últimos meses, para a votação de leis novas e mais eficientes de combate ao crime. O comentário foi feito na abertura, em Plenário, das comemorações dos 111 anos do Senado. Tebet também revelou ter conversado sobre segurança, na manhã de ontem, com o presidente Fernando Henrique Cardoso durante a cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Naval.

— Conversei rapidamente com o presidente da República e manifestei essa visão de que a segurança deve ser prioritária, com a qual ele concorda plenamente. Há um sentimento no Senado de que é preciso agir para evitar que o Brasil se transforme num país em que o crime organizado suplante a sociedade — afirmou.

Tebet enfatizou que o Senado está se esforçando para cumprir



Ramez Tebet ressaltou a contribuição do Senado para aprovação de leis contra criminalidade

seu papel.

— Amanhã (hoje) devemos votar a CPMF e vamos ver se o governo começa a liberar recursos para investimentos, pois o desemprego tem aumentado para índices preocupantes. Precisamos vencer a violência no Brasil, e o Senado está votando novas leis e endurecendo outras, para acompanhar essa triste realidade. Ago-

ra, é preciso que as leis sejam aplicadas, o que foge da nossa competência. Mas não tenho dúvida de que, com a parceria entre os diversos níveis institucionais, vamos ultrapassar essa crise — ressaltou.

Na avaliação de Tebet, a disposição com que o Senado tem encarado a questão da segurança pública reflete o amadurecimento alcançado em seus 111 anos de existência. A Casa evoluiu muito, afirmou, e “hoje está mais próxima do cidadão, e discute todos os problemas da sociedade de forma democrática, transparente, cristalina. Aqui recebemos entidades representativas que acompanham as discussões e as votações”.

## ESTATUTO DA CRIANÇA

Também ontem, Ramez Tebet garantiu apoio do Senado às comemorações dos 12 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive com a utilização

da estrutura de divulgação da Casa. A promessa foi feita ao secretário de Estado dos Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, que estava acompanhado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e pelas deputadas Rita Camata (PMDB-ES) e Luiza Erundina (PSB-SP).

Além de acolher as sugestões apresentadas, Tebet ficou de avaliar a possibilidade de o Senado imprimir uma nova edição do estatuto. O senador disse que já tomou a iniciativa de ceder 70% de sua cota de impressão na gráfica do Senado para distribuição de cópias da lei em seu estado, Mato Grosso do Sul.

Rita Camata afirmou que já esperava o apoio de Tebet, que é integrante da Frente da Criança e do Adolescente, e explicou que a mobilização é necessária porque, 12 anos após a aprovação da lei, ainda há muita falta de informação na sociedade sobre os direitos e deveres da criança e do adolescente.

## Conselho de Ética arquivava denúncia contra senadores

Por 10 votos a 2, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar decidiu arquivar a denúncia apresentada pelo Bloco Oposição contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Wellington Roberto (PTB-PB). Foi aprovado o relatório do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que pedia o arquivamento do caso. Dessa maneira, foi rejeitado o voto em separado da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que se manifestaram contra o arquivamento.

A denúncia baseou-se em reportagem publicada pela revista *Época*. A matéria relata a prisão, no aeroporto de Brasília, do empresário José Elísio Ferreira Júnior, que seria ligado aos dois senadores, e Giovanni Riccardi, assessor de Wellington Roberto. De acordo com a revista, os dois portavam mala com R\$ 99,7 mil, que seriam a segunda parcela de pagamento de propina cobrada das empreiteiras Fuad Rassi, de Goiânia, e Sercel, de Belo Horizonte. O dinheiro seria utilizado para que o Ministério da Integração Nacional — à época comandado por Suassuna — liberasse R\$ 3 milhões destinados a obra na cidade de Catalão (GO).

No relatório, Moreira Mendes argumentou nada haver no processo que possa ligar os senadores a qualquer atividade ilícita.

Heloísa Helena e Roberto Saturnino pediram mais 30 dias de prazo para a realização de diligências que esclarecessem a relação das pessoas presas com os senadores denunciados. O presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), afirmou que inquérito policial poderia demorar meses para ser concluído. Assim, a postergação por 30 dias não acrescentaria informação nova aos fatos já analisados.

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), votou a favor do relatório, mas ressaltou que continuará a acompanhar as investigações sobre o caso. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que o voto ético deveria ser a favor do relatório, pois não haveria dificuldade em reabrir o processo frente a novas informações. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que o caso foi uma manobra para impedir que Suassuna voltasse ao Ministério da Integração Nacional.

## Bahia inova no combate ao crime, afirma Paulo Souto

Após elogiar os esforços feitos pela Comissão Mista de Segurança Pública na busca de meios para combater o aumento da criminalidade, o senador Paulo Souto (PFL-BA) relatou ontem, em Plenário, experiência inovadora na área que vem sendo desenvolvida pelo governo da Bahia.

As concessões de novos portes de armas, informou, foram temporariamente suspensas, como tentativa de reduzir a violência. De acordo com dados citados pelo senador, mais de 50% dos homicídios na Bahia foram cometidos por criminosos primários que tiveram acesso a armas.

— Se eles não tivessem tido esse acesso às armas, talvez os crimes não tivessem sido praticados — observou o senador.

Paulo Souto elogiou ainda a decisão do governo baiano de conceder gratificação a policiais que apreendam armas ilegais. As duas medidas serão avaliadas ao longo dos próximos meses, mas o senador disse ter esperança de que contribuam para a redução dos índices de criminalidade no estado.

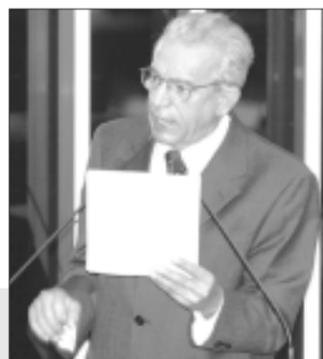
## Iris Rezende lamenta assassinato de Tim Lopes

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) lamentou o assassinato do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo, por traficantes no Rio de Janeiro. O crime mostra mais uma vez, disse, que a segurança pública deve ser a prioridade nacional número um, “tanto que uma autoridade da importância do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, chega a admitir a existência de dois Estados no Brasil, o Estado do banditismo e o Estado da lei”.

Iris lembrou que a Comissão Especial Mista de Segurança Pública, presidida por ele, reuniu todas as matérias, cerca de 300, que tramitavam no Senado e na Câmara dos Deputados sobre o tema e as resumiu em 21 projetos

de lei e três propostas de emenda à Constituição (PEC), que teriam rito especial de tramitação para agilizar as medidas necessárias à segurança pública.

Segundo o senador, enquanto o Senado acolhia rapidamente dois projetos de lei, a Câmara dos Deputados não deu às propostas o mesmo tratamento, atrasando a aprovação final. Ele explicou que deputados sentiram-se desprestigiados pela criação da comissão mista e levaram os projetos para nova análise na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara. “Não tem cabimento atrasar essas matérias por causa de rixas em torno do Regimento Interno. Ainda não foi apreciado pelo Plenário da Câmara ne-



Iris Rezende cobrou da Câmara rapidez na votação dos projetos sobre segurança pública

num dos projetos oriundos da Comissão de Segurança que foram remetidos à Casa ou encaminhados após aprovação pelo Senado”, afirmou.

## Aprovado voto de pesar pela morte do jornalista

O Plenário aprovou requerimentos de pesar dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Carlos Wilson (PTB-PE) e Marluce Pinto (PMDB-RR) solicitando o envio de condolências à Rede Globo e à família do jornalista Tim Lopes. Ele foi morto por traficantes da favela Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de

Janeiro, ao fazer reportagem sobre o tráfico e exploração sexual de menores em bailes *funk*.

Suplicy leu artigo de um favelado carioca e disse que o assassinato de Tim Lopes aproxima o Brasil do grupo de países em que a sociedade é escrava do crime organizado. O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou que o

Brasil vive um dilema, pois para acabar com o crime organizado seria preciso duplicar ou mesmo triplicar os efetivos policiais, o que é praticamente impossível devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. “Só com a mudança do modelo econômico poderemos combater efetivamente o crime”, concluiu.

## CLONAGEM

# Senado faz debate em busca de lei equilibrada

Na abertura do Seminário sobre Clonagem Humana que teve início ontem e prossegue hoje, no Auditório Petrônio Portella, o autor da proposta de realização do evento, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), destacou a relevância do encontro, observando que o debate amplo com todos os setores da sociedade é a melhor forma de o legislador informar-se sobre o assunto.

– Um tema como este, complexo e polêmico e que pode afetar a vida de todos nós, exige que o legislador entenda os processos envolvidos a fim de ter condições de

referir-se tecnicamente ao assunto – observou Rocha, para quem os resultados do seminário também servirão como resposta às diversas questões que a sociedade, em geral, tem sobre clonagem.

Sebastião Rocha acrescentou que os parlamentares precisam ter segurança sobre o que vão decidir para evitar excessos, tanto de um lado quanto do outro.

– Nós temos que ter certeza quanto aos resultados dessas



Romeu Tuma, Bernardo Cabral e Sebastião Rocha destacam necessidade de amplo debate a fim de que Senado encontre melhor opção

práticas, para saber até onde permitir e quando proibir – sustentou.

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou ser contra a clonagem de seres humanos.

– Deus dá inteligência ao homem para minorar o sofrimento humano. Agora, isso não tem nenhuma relação com a reprodução de um ser completo – ponderou.

Para Romeu Tuma, além dos

dilemas éticos, também existem limitações científicas, tendo em vista que a clonagem pode ter efeitos ainda inesperados, como ocorreu no caso da ovelha Dolly. Ele rechaçou os argumentos de que a clonagem seria importante para casais com problemas reprodutivos.

– Afinal, há tantas crianças por aí esperando a adoção.

O presidente da CAS destacou que, na comissão, as discussões sobre assuntos como reprodução assistida e a adoção de no-

vas técnicas da medicina, como as próteses de silicone, não se limitam a analisar as propostas sob o ponto de vista jurídico. Na sua opinião, o Senado tem funcionado a contento, buscando as melhores soluções para a sociedade brasileira.

#### ÉTICA

Na presidência da mesa de abertura do seminário, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que preside a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ressaltou a importân-

cia de o tema ser discutido no Senado, já que a clonagem destaca-se como um dos assuntos mais importantes da atualidade pela polêmica, relacionada aos aspectos éticos e políticos, que desperta.

– O Senado teve a iniciativa louvável, por meio do senador Sebastião Rocha, de promover essa discussão, porque o projeto de lei que sairá daqui terá base não apenas jurídica e política, mas também científica e ética – disse.

## Especialistas apontam potencial de técnicas

Os especialistas convidados como debatedores da manhã do primeiro dia do Seminário sobre Clonagem Humana falaram sobre os potenciais usos das técnicas de clonagem e sobre a importância de que toda a sociedade, principalmente os diretamente beneficiados, seja envolvida na discussão sobre os limites que a ciência deve ter.

A jornalista especializada em ciência Luisa Massarani, do Centro de Estudos do Museu da Vida, da Fundação Oswaldo Cruz, destacou a necessidade de se integrar a população na discussão acerca do uso dos avanços da ciência. Ela disse que, em

seu dia-a-dia, enfrenta as dificuldades de fazer com que os leigos compreendam questões complexas.

Na opinião da jornalista, apesar de abordar a questão de maneira superficial, simplista e fictícia, a novela *O Clone* teve o importante papel de chamar a atenção da sociedade para o tema, a fim de que busque e tenha acesso a informações consistentes, que traduzam a produção científica de forma palatável.

#### RESTRIÇÃO

Ésper Cavalheiro, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Comissão Nacional Técnica de Biossegurança (CNTBio), relatou

que, após o surgimento da ovelha Dolly, a CNTBio publicou a Instrução Normativa nº 8, que quis ser a mais ampla possível, com a intenção de proibir e dificultar a clonagem humana. Porém, disse, a norma acabou sendo muito restritiva, limitando as pesquisas com células embrionárias.

– A norma está sendo rediscutida na CNTBio, mas a decisão acerca do uso ou não da célula embrionária não cabe à organização, mas à sociedade. A discussão com cientistas da área de agropecuária, portadores de síndromes genéticas e seus familiares, por exemplo, é fundamental. Afinal, milhões de brasileiros podem se beneficiar com esse tipo de conhecimento

e sabemos que a pesquisa científica e tecnológica tem o apoio da população – declarou. O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Rodolfo Rumpf, um dos responsáveis pela clonagem que resultou na vaca Vitória e que pôs o país em posição de destaque nessa linha de pesquisa, enfocou a clonagem do ponto de vista dos benefícios que a técnica pode trazer para o incremento e a melhoria de qualidade da produção pecuária.

– A possibilidade de a clonagem melhorar a produção agropecuária e garantir resultados mais eficientes, melhor adaptando as espécies

aos trópicos, é muito interessante para quem trabalha com melhoramento animal. Temos que nos esforçar para identificar os genes com potencial de uso para a produção de animais mais resistentes e menos susceptíveis contra a aftosa, por exemplo – disse. Para o pesquisador, o Brasil, que é detentor da maior biodiversidade do planeta, tem dois desafios pela frente: formar um banco genético e ter a competência para regenerá-lo. O pesquisador lembrou que se dizia que os genes seriam a moeda forte do futuro, mas, na sua opinião, esse futuro já chegou.

## CLONAGEM

## Sardenberg: governo estimula pesquisa, mas recomenda cautela com programas

O ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Mota Sardenberg, afirmou ontem, durante exposição no Seminário sobre Clonagem Humana promovido pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), que o governo recomenda à sua equipe do setor que encare com cautela os programas e pesquisas relacionados com a clonagem reprodutiva.

Sardenberg disse que o governo federal não é contrário à clonagem e que, inclusive, entende ser necessário estimular a pesquisa, a capacitação dos técnicos e profissionais médicos e o avanço da tecnologia no assunto.



Para Sardenberg, medicina regenerativa levará à produção de órgãos e vacinas

– Mas, ao mesmo tempo, pela complexidade do tema, o governo entende que seja necessária a observação atenta da evolução dos estudos e dos programas, além de defender a existência de um quadro regulatório eficaz – frisou ele.

O ministro também falou sobre a importância de eventos

como o seminário promovido pelo Senado para que a sociedade possa ter acesso às diferentes posturas sobre o tema. Em sua opinião, a clonagem está modificando os paradigmas da área de biotecnologia e irá forçar uma revisão conceitual em vários outros setores da atividade humana.

– Nenhum ângulo poderá, unilateralmente, resolver essa questão. É necessária uma visão integrada e multidisciplinar voltada para o atendimento dos princípios básicos de respeito à vida e à autodeterminação da pessoa – disse o ministro.

Defendendo o estímulo das investigações no campo da clonagem terapêutica, Sardenberg disse acreditar que, em um futuro próximo, o avanço na medicina regenerativa (baseada nas técnicas da clonagem) levará à produção de órgãos e de medicamentos e vacinas de terceira geração.

João de Araújo



Mayana Zatz (à esquerda): cientistas consideram loucura utilizar clonagem para copiar seres humanos

## Pesquisadora defende uso terapêutico

Quase todos os cientistas do mundo concordam com a ideia de que utilizar a técnica de clonagem para fazer cópia de seres humanos é uma loucura, afirmou a professora da Universidade de São Paulo (USP) Mayana Zatz, ao abrir ontem sua exposição no Seminário sobre Clonagem Humana.

A professora titular do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências da USP e integrante do Centro do Estudos de Genoma Humano, convidada a manifestar-se sobre o tema “Aspectos técnicos e conceituais sobre clonagem reprodutiva e terapêutica”, defendeu as técnicas de clonagem com fins terapêuticos, enfatizando a necessidade de as pessoas entenderem a diferença

entre esse tipo de clonagem e aquele chamado de reprodutivo.

Mayana fez um histórico dos procedimentos de clonagem, explicando que, de uma maneira geral, mesmo com os avanços da ciência, ainda existem muitas dúvidas relacionadas com a utilidade dos procedimentos e também quanto ao futuro das técnicas. A professora disse que já se sabe, por exemplo, que os organismos resultantes de clonagem envelhecem precocemente e que a clonagem não será capaz de reverter as doenças genéticas. A clonagem terapêutica acena com possibilidades eficazes de cura para a leucemia, as doenças do sangue, como a hemofilia, e as degenerativas musculares, informou.

A expositora esclareceu que a clonagem terapêutica diferencia-se da reprodutiva basicamente pelos fins a que se destina – para ajudar no tratamento ou cura de doenças. A clonagem com fins terapêuticos, detalhou, baseia-se na utilização do núcleo de uma célula filha de um tecido já diferenciado para a produção de outras células, que, por sua vez formarão um novo tecido – como um novo órgão, por exemplo.

Mayana disse que é possível, atualmente, por meio de técnicas avançadas, retirarem-se células embrionárias de embriões sem com isso exterminar esses embriões. Daí a importância, salientou, de serem criados, prioritariamente, os chamados bancos de cordões.

Célio Azevedo

## Patrocínio cobra rigor na fiscalização de transgênicos

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) defendeu o fortalecimento da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para fiscalizar a entrada no mercado de produtos transgênicos. Ele pediu também mais atenção para os ministérios que tratam do tema, citando as



Patrocínio: “temor de monstros ainda mais problemáticos”

pastas da Ciência e Tecnologia (a que a CTNBio está vinculada), Saúde, Meio Ambiente e Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O senador solicitou que a CTNBio – órgão do governo responsável pela regulação e uso dos transgênicos no Brasil – “seja bem aparelhada e exerça seu papel, como representação do governo e da sociedade”.

– Que em seu corpo haja técnicos em número e em qualificação, capazes de fiscalizar a gradativa entrada no mercado dos produtos cuja margem de segurança seja compatível com a proteção de nossos cidadãos – afirmou.

O senador observou que os transgênicos não representam

nem “o paraíso anunciado pelas multinacionais” nem “o precipício alardeado pelos que são contra”.

Segundo Patrocínio, as culturas geneticamente modificadas têm maior resistência a pragas e a doenças, mas ainda não foram comprovados ganhos reais em relação a seu rendimento e produtividade. Ele admitiu que o grande temor é que as novas espécies criadas em laboratórios se tornem “monstros ainda mais problemáticos do que aqueles que quisemos eliminar ou corrigir”.

– Infelizmente essas são questões que só o tempo, a observação e a pesquisa em escala real poderão responder – disse, acrescentando que não se pode parar o progresso, mas se deve agir com precaução. Ele ressaltou que cabe aos governos e às organizações sociais o papel de vigiar, “para que a ganância e a irresponsabilidade de uns não ponham em risco a segurança de muitos”.

Rosevelt Pinheiro

## Crescimento de erosões em Goiás preocupa Mauro

A falta de continuidade administrativa e o descaso em relação ao programa de recuperação das nascentes do Araguaia foram apontados pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) como as razões das inúmeras voçorocas (desmoronamento resultante de erosão subterrânea) que ameaçam o meio ambiente.

Ao lembrar que, na semana passada, foi comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente, o senador salientou que o mais grave é que as autoridades ambientais ainda não produziram inventário completo das voçorocas existentes em Goiás, “muito embora os pescadores, barqueiros, agricultores e pecuaristas já saibam que elas comecem, lenta mas incessantemente, a inviabilizar o nosso Araguaia”.

Segundo o senador, entre as nascentes do Araguaia e o alto



Mauro: autoridades não fizeram inventário de voçorocas

Taquari (em Mato Grosso), estudo da Universidade de Goiás já identificou nada menos que 97 erosões, muitas de dimensões assustadoras.

Mauro citou convênio com a Fundação Emas para programa de controle das voçorocas, para o qual estava prevista a liberação inicial de R\$ 450 mil, no período em que Gustavo Krause era ministro do Meio Ambiente:

– Infelizmente, como informa *O Popular* (jornal de Goiânia) de ontem, apenas R\$ 159 mil foram gastos porque o convênio não foi prorrogado.

Para o senador, à semelhança do que ocorreu com o controle das erosões, vários parques estaduais ainda não foram totalmente implantados por falta de dinheiro, mas também de vontade política.

José Cruz

# Comissão quer ouvir Malan e Fraga sobre a instabilidade do mercado

Por iniciativa de Romero Jucá e Eduardo Suplicy, ministro da Fazenda e presidente do Banco Central deverão debater problemas da economia brasileira em audiência pública

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, deverão comparecer a audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para explicar as últimas medidas econômicas adotadas pelo governo com o objetivo de refinar a dívida interna mobiliária do setor público. Os requerimentos aprovados ontem pela CAE sugerindo o comparecimento das duas maiores autoridades da área econômica foram apresentados pelos senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Segundo Suplicy, o mercado financeiro e de capitais do Brasil vive hoje um momento de grande nervosismo, provocado não somente pelas últimas decisões do BC no que se refere ao tratamento dispensado aos títulos públicos, mas também pelo crescimento da relação dívida líquida do setor público/Produto Interno Bruto (PIB), que saltou de 28%, em dezembro de 1994, para 54%, em abril de 2002.



José Cruz



Geraldo Magela

Ajuste nos fundos de investimentos e risco Brasil são alguns dos temas que Armínio Fraga e Pedro Malan devem debater com os senadores

Nos últimos dias, o BC adotou várias medidas que estão deixando o mercado intranquilo, na opinião de Suplicy, que citou a exigência para que os gestores dos fundos de investimento passem a contabilizar os ativos em títulos públicos de suas carteiras pelo valor de mercado e não pelo valor de face, o que resultou em perdas para os aplicadores.

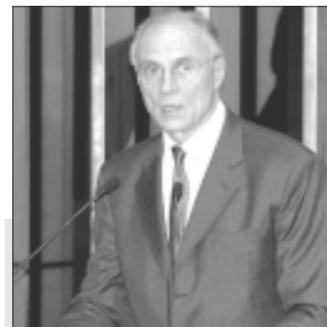
Suplicy mostrou-se também preocupado com a elevação da taxa de risco do país estimada por instituições estrangeiras. Com base nessa

situação de nervosismo, disse ele, de 29 de maio até o início desta semana, houve fuga de capitais do país da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

A CAE aprovou ainda requerimento do senador Lauro Campos (PDT-DF) para audiência pública sobre o problema da intervenção oficial no Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). Após a discussão do assunto, o presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), decidiu realizar duas audiências públicas sobre

o assunto. Uma com o ex-diretor de Planejamento da Previ Erik Person, que afirma ter um dossiê sobre a malversação dos recursos da entidade, e outra com o interventor na instituição, Carlos Eduardo Esteves Lima. Para esta última audiência, será convidado o secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, José Roberto Savóia.

Os integrantes da CAE aprovaram também requerimento do senador Paulo Souto (PFL-BA) solicitando a realização de audiência pública com representantes do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), para discutir a regulamentação do setor. Outro requerimento acolhido, do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), solicita informações ao Ministério da Previdência e Assistência Social sobre o impacto financeiro da proposta de criar um bônus ao final do ano em favor dos beneficiários da Previdência.



Roosevelt Pinheiro

Para Suplicy, Senado está apreciando uma medida já implementada há mais de um ano

## CAE aprova perdão parcial da dívida da Maurîtânia

Mais um acordo de refinanciamento de dívidas com o Brasil foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ontem. Desta vez o país beneficiado foi a República Islâmica da Maurîtânia. Recentemente foi concedido perdão parcial da dívida de Moçambique com o Brasil. Com base em acordo firmado junto ao Clube de Paris, envolvendo diversos credores, a dívida da Maurîtânia será perdoada em até 90% do montante devido em valor presente líquido. A matéria seguirá em regime de urgência à apreciação do Plenário.

Ao dar parecer favorável à aprovação da matéria, como relator, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou apenas que o presidente da República tenha demorado mais de um ano para encaminhar o pedido formal de autorização do acordo para o Senado, uma vez que, explicou, o contrato de renegociação foi autorizado pelo Ministério da Fazenda em 19 de março de 2001. "O Senado está apreciando, assim, uma medida que já está sendo implementada há mais de um ano", observou Suplicy.

Com base no que prevê o acordo, uma parte da dívida da Maurîtânia, US\$ 248,9 milhões, será reescalada em 58 parcelas semestrais, vencendo a primeira em 1º de janeiro de 2001 (já paga), e a última em 1º de julho de 2029.

Outra parte da dívida (US\$ 10,477 milhões) será reescalada até 2022, para ser quitada em 34 parcelas semestrais, vencendo a primeira em 1º de junho de 2006 e a última em 1º de dezembro de 2022. Serão cobrados da Maurîtânia juros com base na Libor (taxa do interbancário de Londres), acrescidos de 0,5% ao ano. Em caso de atraso no pagamento, serão cobrados ainda juros de mora de mais 1% ao ano sobre a taxa de juros.

## Reforço nas reservas internacionais vai ao Plenário

O governo brasileiro foi autorizado ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empréstimo no valor de US\$ 500 milhões, destinado a fortalecer as reservas internacionais do Brasil, atualmente com US\$ 32,9 bilhões, segundo dados do Banco Central. O pedido de autorização para a realização do empréstimo segue para o Plenário em regime de urgência.

A contratação do empréstimo junto ao BID obriga o governo federal a destinar valor equivalente, em reais, aos programas setoriais de Promoção do Capital Humano, de Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola e aos programas Agente Jovem e de Erradicação do Trabalho Infantil.

O empréstimo será desembolsado em duas parcelas, a primeira após a assinatura do contrato e a segunda oito meses depois. A operação vai custar ao país 6,3% ao ano. O contrato prevê carência de 18 meses, devendo o principal ser pago em 38 parcelas semestrais.

A CAE aprovou ainda a elevação de uma linha de financiamento con-



Célio Azevedo

CAE aprova elevação de linhas de financiamento externo contratadas pelo Ministério da Educação

tratada entre o Ministério da Educação e o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA), também destinado à compra de equipamentos para hospitais universitários de todo o país. O relator da matéria foi o senador José Agripino (PFL-RN).

Os integrantes da CAE aprovaram dois outros projetos de resolução: um renova o prazo, em mais 270 dias, para que o estado da Bahia possa contratar e alocar recursos

para o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, no valor de até R\$ 91,6 milhões. A matéria foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O outro, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), permite aval da União em operações de crédito para o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur). O relator foi o senador Paulo Souto (PFL-BA).



Márcia Kolome

Heloísa Helena quer examinar melhor projeto que inclui pessoas físicas entre beneficiários do Refis

## Heloísa pede vista do projeto que amplia Refis

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vista do projeto de autoria do senador Luiz Otávio (PPB-PA) que inclui as pessoas físicas entre os beneficiários do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), criado para as empresas que devem ao fisco. A proposta tem parecer favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO).

O Refis engloba também as dívidas com o sistema previdenciário e permite que o devedor possa quitar seus débitos em até 60 parcelas. O projeto fixa o prazo de 180 dias, após a publicação da nova lei, para decidir se o contribuinte adere ou não ao programa.

Segundo o relator, a medida não implica renúncia de receita para o governo. Ao contrário, argumenta, a exemplo do que já ocorre com as pessoas jurídicas, "possibilita a consolidação de débitos das pessoas físicas com o Imposto de Renda e contribuições previdenciárias, seu parcelamento e o pagamento regular de todas as demais obrigações tributárias vincendas".

### COMÉRCIO EXTERIOR

O presidente da CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), anunciou os nomes dos senadores que vão integrar a Subcomissão de Comércio Exterior, a ser instalada nos próximos dias.

Serão titulares os senadores Fernando Ribeiro (PMDB-PA), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Paulo Hartung (PSB-ES), Ricardo Santos (PSDB-ES) e Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Como suplentes foram designados os senadores Francisco Escórcio (PMDB-MA), Pedro Simon (PMDB-RS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Reginaldo Duarte (PSDB-CE) e Jefferson Péres (PDT-AM). O presidente da subcomissão será escolhido na reunião de instalação.

# Souto cobra implantação da segunda fase do Prodetur

Se o governo federal não agilizar a assinatura dos contratos, haverá menos investimento em turismo na Região Nordeste, alertou

O senador Paulo Souto (PFL-BA) fez em Plenário apelo ao governo federal para que agilize a assinatura de contratos com os estados visando à implantação da segunda etapa do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur II). Devido à legislação eleitoral, alertou, os contratos precisam ser assinados até o dia 6 de julho.

De acordo com o senador, o obstáculo que havia para a assinatura começou a ser removido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou resolução autorizando o governo federal a conceder garantias para que o Banco do Nordeste firme entendimentos sobre o tema com os estados da região.

— Não será justo que, depois de todo esse esforço, os contratos não sejam assinados e tenhamos atraso de mais de um ano na implantação da segunda fase do Prodetur. A maioria dos estados nordestinos participou da primeira etapa do programa, que garan-



Roosevelt Pinheiro

Conforme Paulo Souto, contratos precisam ser assinados até 6 de julho

tiu principalmente melhorias na área de infra-estrutura e possibilitou maiores investimentos privados no Nordeste, que tem vocação não só para o turismo tropical, mas também para o turismo ecológico e cultural — afirmou.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz, tem se empenhado na rápida assinatura dos contratos para a segunda etapa do Prodetur. Ele ressaltou o bom diálogo mantido pelos integran-

tes da CAE com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, na busca de solução para o impasse.

### CACAU

Paulo Souto pediu ainda apoio do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Pratini de Moraes, e da equipe econômica do governo para a busca de meios que permitam a participação dos cacauicultores da Bahia nos financiamentos previstos no plano de safra para este ano. O senador informou que boa parte dos produtores está endividada em função de crise que afetou o setor após praga que atingiu as plantações de cacau. Eles terão dificuldades para enfrentar as condições normais dos financiamentos concedidos pelo governo, assinalou o senador.

— Poucos produtores terão acesso ao financiamento, por não poderem oferecer as garantias previstas. Mas temos de aproveitar esse momento, quando o preço do cacau no mercado internacional é um dos mais altos dos últimos quatro anos — observou.

## Maldaner: FGTS deve financiar educação

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) voltou a defender ontem proposta de sua autoria que permite o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de mensalidades de cursos universitários. Ele disse que recentemente percorreu o interior de Santa Catarina e voltou a Brasília com vários pedidos de ajuda de pais de alunos, que estão truncando suas matrículas por não conseguirem custear as mensalidades.

— Se é possível aplicar o Fundo

de Garantia no mercado de risco, na compra de ações da Petrobras e da Companhia Vale do Rio Doce na Bolsa de Valores, por que não é possível aplicar também esses recursos no conhecimento?

Para o senador, o Congresso Nacional, se aprovar a proposta, ajudará a minimizar o drama de milhares de jovens estudantes em todo o país. Ele lembrou que o projeto está em exame na Comissão de Educação (CE) e que já foi agendada audiência pública para debater a proposta.



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Maldaner permite uso do FGTS no pagamento de mensalidade de curso universitário

## Alcântara defende incentivo para microempresa

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância das pequenas e microempresas na economia brasileira. Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) indicam que 98,8% dos empreendimentos empresariais do país são de pequeno e médio porte. O número, avalia, justifica a adoção de políticas que protejam o setor. Alcântara também registrou a potencial contribuição

que esses empreendimentos podem oferecer na geração de empregos.

De acordo com o senador, o poder público poderia interferir para solucionar os maiores problemas enfrentados pelos empresários da área, resumidos no excesso de burocracia e na dificuldade de obtenção de crédito. Os dois fatores, disse, contribuem para que grande parte dos novos empreendimentos feche depois

do primeiro ano de atividade. Alcântara acrescentou que as dificuldades para obtenção de financiamento bancário concentram-se no fato de a maioria das empresas possuir patrimônio insuficiente para oferta de garantias.

Alcântara registrou iniciativas do governo federal para apoiar o setor, em especial o Programa de Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas, incluído no Avanço Brasil.



Roosevelt Pinheiro

Mozarildo apresentou parecer favorável às propostas de financiamento

## Comissão aprova financiamentos e retomada de obras

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a abertura de crédito suplementar em favor do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no valor de R\$ 20,5 milhões. O relator da matéria, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), apresentou parecer favorável. Também foi aprovado crédito especial de R\$ 1,7 milhão para a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE).

Os deputados e senadores da comissão também aprovaram sete projetos de decretos legislativos (PDLs) referentes à liberação de recursos para obras que foram paralisadas por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) e que, após solucionadas as irregularidades, tiveram parecer favorável do TCU para sua retomada.

Se o Plenário do Congresso ratificar a decisão da CMO, serão retomadas a duplicação e restauração da BR-230, no trecho João Pessoa—Campina Grande (PB); a implantação do sistema de transmissão e a ampliação de rede de distribuição de energia elétrica no Piauí; a construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte (AM); e obras no Porto de Rio Grande (RS).

Entre os sete PDLs aprovados também estão a retomada da construção de trechos rodoviários no Corredor Leste, entre Ervália e Muriaé (MG); a construção e implantação do metrô de Salvador, no trecho Lapa—Pirajá; e o projeto de irrigação na Baixada Ocidental Maranhense, nos municípios de Pinheiro e Palmeirândia.

### LDO

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento definiram cronograma para apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2003. Hoje, João Alberto Souza (PMDB-MA) fará leitura do relatório, que irá a discussão. A votação está prevista para terça-feira.

# Especialistas discutem critérios para TV digital

Durante audiência na Comissão de Educação, participantes dividiram-se entre a necessidade de o Brasil obter melhor contrapartida na aquisição do novo sistema e a conveniência de adoção de um modelo mais adequado à realidade nacional

O processo de definição do sistema de televisão digital a ser implantado no Brasil – entre as opções apresentadas por Estados Unidos, Europa e Japão – poderá levar em conta a experiência obtida pelo Ministério da Defesa na escolha dos caças supersônicos que passarão a integrar a Força Aérea Brasileira. A possibilidade foi anunciada ontem pelo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, durante debate promovido pela Comissão de Educação (CE).

– Queremos conhecer a experiência da Aeronáutica na negociação de contrapartidas com os fabricantes – afirmou Schymura.

Os debatedores dividiram-se entre a conveniência de o país buscar melhor contrapartida e a necessidade de adoção do modelo



Senadores ouvem exposições de autoridades e técnicos em torno do sistema de TV digital a ser implantado brevemente no Brasil

técnico mais adequado à realidade brasileira, como o critério de maior peso na definição do novo modelo de televisão. Os senadores, por sua vez, demonstraram que pretendem aprofundar a discussão sobre o tema.

– Essa questão tem um parâmetro político a ser definido, e essa não é uma função da Anatel, mas sim do Congresso – obser-

vou o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Durante o debate, o presidente da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), Olímpio José Franco, deixou clara sua opção pela tecnologia japonesa, a mais bem-sucedida em testes realizados em São Paulo. O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), um dos proponentes da realização

da audiência pública, quis saber do presidente da Anatel se essa superioridade técnica poderia deixar em segundo plano eventuais contrapartidas comerciais. Schymura ponderou que a tecnologia norte-americana poderia vir a equiparar-se, no futuro, com a japonesa e que a busca de contrapartidas era muito importante.

Por sua vez, o presidente da União Nacional de Emissoras e Redes de Televisão (Unetv), Antônio Telles, considerou sensata a cautela adotada até o momento pelo governo, diante da pequena experiência em todo o mundo com a TV digital.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) demonstrou preocupação com a adaptação ao novo sistema das emissoras de menor porte econômico e as emissoras públicas e educativas.

## Indicação de embaixadores vai ao Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, pareceres favoráveis a duas mensagens do presidente da República indicando embaixadores.

O diplomata Mário da Graça Roiter teve seu nome escolhido para exercer o cargo de embaixador brasileiro no Kuwait.

Sérgio Barbosa Serra, por sua vez, deverá ser o embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia. A aprovação final depende ainda de votação em Plenário.

## Comissão do Mercosul pode ter recursos próprios

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou projeto de resolução do senador Roberto Requião (PMDB-PR) assegurando dotação orçamentária específica, das Mesas do Senado e da Câmara, para o colegiado. O objetivo é garantir meios financeiros para que os integrantes da comissão compareçam às reuniões internacionais onde a sua presença for considerada relevante para o país.

Ao defender seu projeto, Requião lembrou a realização, em Buenos Aires, nos dias 3 e 4 de julho próximo, da reunião plenária do Mercosul, quando o Brasil assumirá a presidência rotativa da organização. “É fundamental que o Congresso brasileiro esteja presente ao evento, através de sua comissão específica para o tema, a Comissão Parlamentar Mista do Mercosul, não se justificando que fiquemos à mercê da boa vontade das Mesas para liberar recursos que, por vezes, não acontece em tempo hábil”, explicou.

A comissão aprovou ainda requerimento do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE) pedindo a realização de audiências públicas da comissão nos estados, para discutir as conseqüências da implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

## Relator aponta negligência com revitalização

A Comissão Especial de Revitalização do Rio São Francisco aprovou ontem o relatório preliminar do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), baseado nas 11 audiências públicas realizadas durante o primeiro semestre deste ano. O documento denuncia “a negligência do Ministério da Integração Nacional, que, no exercício de 2001, aplicou apenas 3,2% da dotação disponível no projeto de conservação e revitalização da bacia”. As atividades da comissão prosseguirão até 15 de dezembro, quando será apresentado o relatório final.

No documento, Ornélas alerta para o fato de que as dotações orçamentárias para o presente exercício, bem como as previsões contidas no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2003, “condenam, de fato, à irrelevância” o projeto de conservação e revitalização do Rio São Francisco. Este ritmo de execução, disse ele, implica que o projeto de revitalização do rio exigirá um século ou quatro gerações.

– As condições do “Velho Chico” não suportariam tão longo prazo, condenando-o definitivamente – afirmou o relator.

Para assegurar recursos des-

tinados à recuperação do rio, o senador recomenda a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Senado que destina cerca de R\$ 200 milhões anualmente, durante 20 anos, para o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco.

O fundo será constituído por 0,05% do produto da arrecadação dos impostos de competência da União, deduzidas as vinculações e transferências constitucionais. Os recursos serão aplicados no custeio de programas e projetos governamentais de recuperação hidroambiental do rio e seus afluentes e de desenvolvimento sustentável da re-

gião banhada por eles.

Com 2.700 quilômetros de extensão, ocupando 40% do território mineiro e 54% do território baiano, com 97 cidades situadas em suas margens e 503 municípios abrangidos por sua bacia, onde residem 14 milhões de pessoas, o São Francisco gera 10.400 megawatts em suas usinas hidrelétricas, apontadas como causadoras de graves problemas.

O relatório considera, por exemplo, que um dos maiores problemas não é a estiagem sazonal, mas sim a regularização com vazão constante. A eliminação das grandes cheias, por efeito das barragens, levou ao virtual desaparecimento das lagoas marginais.



No relatório preliminar, Ornélas (D) defende aprovação, pela Câmara, da PEC do Senado que cria um fundo para revitalizar o Rio São Francisco



Jane de Araújo

## SENADOR ITALIANO VISITA PRESIDENTE DO SENADO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem em seu gabinete o senador Fiorello Provera, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado italiano, que estava acompanhado pelo embaixador da Itália, senhor Vincenzo Petrone, e pelo Comitê de Representantes das Comunidades Italianas no Brasil.

Depois de ser recebido por Tebet, o senador Provera teve reunião de trabalho com integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).



Senadores foram condecorados durante a cerimônia de comemoração do 137º aniversário da batalha do Riachuelo

## Oito senadores recebem condecorações da Marinha

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participou ontem da cerimônia de comemoração do 137º aniversário da Batalha do Riachuelo, tendo recebido a insígnia da Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial, das mãos do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, grão-mestre da Ordem.

— Receber esta homenagem da gloriosa Marinha do Brasil é uma honra muito grande. Uma cerimônia como esta é uma demonstração de que o Brasil vem cultuando o civismo — disse o senador.

Durante a solenidade, foi lida or-

dem do dia do comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Sergio Chagasteles, sobre a Batalha do Riachuelo e as responsabilidades que hoje cabem à Força Naval. O vice-presidente da República, Marco Maciel, e o ministro da Defesa, Geraldo Quintão, também estiveram presentes.

Os senadores José Alencar (PL-MG), Ricardo Santos (PSDB-ES), Freitas Neto (PSDB-PI), Geraldo Althoff (PFL-SC), Tião Viana (PT-AC), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e Marluce Pinto (PMDB-RR) também foram condecorados.

## Cabral homenageia Mário Lago com leitura de artigo

Em homenagem ao compositor e ator Mário Lago, falecido recentemente, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) leu, ontem, artigo que o jornalista Hélio Fernandes publicou nos dias 1º e 2 de junho no jornal *Tribuna da Imprensa*. Intitulado “Noventa anos de Mário Lago”, o texto será agora transcrito nos Anais do Senado, a pedido de Cabral.

Amigo de Hélio Fernandes há mais de 30 anos, Bernardo Cabral lembrou que, na condição de deputado, fez-lhe um discurso de solidariedade quando o jornalista esteve confinado na Ilha de Fernando de Noronha. Também lembrou que, posteriormente, ambos foram perseguidos e cassados, reencontrando-se quando Cabral foi eleito presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Cabral elogiou o artigo de Hélio Fernandes e observou que, com a morte de Mário Lago, ficou vários dias esperando que alguém escrevesse algo melhor do que o texto publicado na *Tribuna da Imprensa*. Por mais bonitos que tenham sido outros textos publicados, ele disse



Segundo Cabral, artigo de Hélio Fernandes foi o melhor escrito sobre Mário Lago

não ter encontrado nada com a substância do escrito por Hélio Fernandes.

No artigo, o jornalista diz que Mário Lago “manteve sempre, em toda a vida, a satisfação, a capacidade de comunicação, o sentido de que, haja o que houver, é preciso manter a paixão”. Para Cabral, esse artigo não poderia deixar de figurar nos Anais do Senado. Ao determinar a transcrição, o presidente do Senado, Ramez Tebet, pediu que a iniciativa seja comunicada ao jornalista e que lhe seja enviado o curso de Cabral.

# Operação na Lunus não teve caráter político, diz delegado

Paulo de Tarso Gomes, que comandou a busca na empresa maranhense, foi ouvido pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

O delegado da Coordenação Geral de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Federal (PF), Paulo de Tarso Gomes, garantiu aos integrantes da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência que a operação de busca e apreensão realizada na empresa Lunus, de propriedade do marido da ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PFL), Jorge Murad, foi normal e não teve qualquer caráter político. Paulo de Tarso comandou a operação.

O delegado também negou que a Polícia Federal tenha realizado escuta telefônica para interceptar ligações feitas ou recebidas por qualquer dos envolvidos no caso, e que houvesse conhecimento prévio de que seria encontrado R\$ 1,3 milhão no cofre da empresa Lunus. Paulo de Tarso confirmou que encaminhou cópia do mandado de busca da operação, via fax, para o gabinete do presidente Fernando Henrique Cardoso, a pedido do seu superior na época, Itanor Neves Carneiro, hoje diretor-geral da PF.

A reunião de ontem da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência foi marcada para ouvir Itanor Neves Carneiro. Momentos antes do início da audiência, ele telefonou informando que tivera problemas no voo que fazia a Brasília e seria impossível seu comparecimento. O diretor-geral da PF foi substituído por Paulo de



Aldo Rebelo (ladeado pelos delegados Getúlio Santos e Paulo de Tarso) pediu reunião secreta para analisar a situação da segurança pública

Tarso Gomes e pelo coordenador-geral de prevenção e repressão a entorpecentes da Polícia Federal, Getúlio Bezerra Santos.

Em seu depoimento, Getúlio Santos refutou notícias veiculadas pela imprensa no sentido de que acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos obrigaria a Polícia Federal a prestar informações sigilosas à agência americana de combate ao narcotráfico, a Drug Enforcement Administration (DEA). Ele disse que nenhum dos termos do convênio fere a soberania nacional.

Getúlio Santos informou que, pelo acordo com os Estados Unidos, o Brasil recebe anualmente US\$ 3,5 milhões. O dinheiro é utilizado em treinamento e pagamento de diárias para policiais e na compra de equipamentos uti-

lizados na repressão aos entorpecentes. O convênio, segundo o coordenador da PF, prevê a prestação de contas ao doador, que é feita por intermédio do Ministério das Relações Exteriores.

Ao final da reunião foi aprovado requerimento do presidente da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), para que seja realizada reunião secreta com a participação dos ministros da Defesa, Geraldo Quintão; da Justiça, Miguel Reale Júnior; da Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso; além dos comandantes das três Forças Armadas e do diretor-geral da Polícia Federal, Itanor Neves Carneiro. O assunto será a situação da segurança pública no Brasil.

## Rocha destaca formação de frente para apoiar Ciro

Em nome da liderança do PDT, o senador Sebastião Rocha (AP) registrou em Plenário a realização, em Pindamonhangaba (SP), da convenção nacional em que seu partido, mais o PTB e o PPS, constituindo a Frente Trabalhista, escolheram Ciro Gomes candidato a presidente da República e o sindicalista Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, candidato a vice-presidente.

O senador saudou todas as lideranças políticas e partidárias desses partidos, além dos militantes em geral, e disse desejar que caminhem “com muita determina-

ção para alavancar a candidatura de Ciro Gomes e elegê-lo presidente da República”.

Ciro Gomes é um candidato preparado para administrar o país, afirmou Rocha, que dirigiu especial cumprimento ao presidente do partido, o ex-governador Leonel Brizola, responsável pela idéia de criar a frente. De acordo com o senador, foi Brizola quem preparou as condições para que a Frente Trabalhista pudesse se consolidar e estar em condições de eleger seu candidato.

No mesmo discurso, o senador referiu-se ao Seminário sobre Clo-



Na opinião de Sebastião Rocha, Ciro é um candidato preparado para administrar o país

nagem Humana que se realiza no Auditório Petrônio Portella, informando que na manhã de ontem houve um debate sobre os aspectos éticos e conceituais da clonagem reprodutiva e terapêutica.

# Aluno residente na zona rural pode ter transporte gratuito

Matéria aprovada ontem pela Comissão de Educação prevê que União, estados e municípios dividam o custo do serviço

Alunos da rede de educação básica de todo o país que residem na zona rural passarão a ter transporte escolar gratuito, a ser custeado pela União, estados e municípios. É o que prevê substitutivo do senador Moreira Mendes (PFL-RO) a projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A matéria, que acrescenta dispositivos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), será submetida agora ao Plenário do Senado.

De acordo com o projeto original, de autoria do deputado Nelson Marchezan, já falecido, o transporte escolar seria garantido a todos os alunos das escolas públicas, incluindo os residentes em área urbana. O custo do transporte seria dividido entre estados e municípios. Mas o relator, Moreira Mendes, argumentou que o projeto, caso fosse aprovado, iria onerar ainda mais as finanças municipais e estaduais, podendo até comprometer o transporte escolar. Dessa forma, o relator restringiu o benefício aos alunos da área rural.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) também deixou claro que os



Substitutivo de Moreira, que acrescenta dispositivos à LDB, vai agora a Plenário

municípios não teriam condições de arcar com as despesas. O senador Álvaro Dias (PDT-PR) chegou a apresentar voto em separado, apoiando a proposta original da Câmara. Ele argumentou que o transporte escolar deveria ser garantido a todos os alunos das es-

colas públicas, principalmente os carentes, e não apenas aos que residem na zona rural. Além do mais, observou, caberia aos estados e municípios, sem a participação da União, arcar com o ônus do transporte. Mas a maioria dos membros da CE votou a favor do substitutivo de Moreira Mendes (11 votos contra sete), derrotando o voto em separado de Álvaro Dias.

O substitutivo aprovado prevê assistência financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para auxiliá-los na oferta de transporte escolar, conforme necessidades dos alunos de educação básica residentes na área rural. Estabelece também que os estados deverão definir, com seus municípios, formas de colaboração para o cumprimento da proposta.

## BR-153 será denominada Ministro Alfredo Nasser

A Comissão de Educação (CE) aprovou, por unanimidade, parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável ao projeto da Câmara que denomina Rodovia Ministro Alfredo Nasser a toda a extensão da BR-153, que vai desde Marabá, no Pará, até o município de Aceguá, no Rio Grande do Sul.

Maguito comentou que a homenagem é justa, já que o ex-ministro da Justiça, falecido em 1962, prestou relevantes serviços ao país e ao seu estado natal, Goiás. Ele informou que Nasser, que foi jornalista e advogado, foi também senador da República e, por duas vezes, deputado federal.

### EMISSORAS

Os senadores da CE também au-

torizaram as seguintes emissoras de rádio e televisão a entrarem em funcionamento: Associação Cultural de Santa Mariana, em Santa Mariana (PR); Artístico de Quitandinha, em Quitandinha (PR); Apoio a Mariluz, em Mariluz (PR); São João do Triunfo, em São João do Triunfo (PR); Cultural Curumin, em Potirendaba (SP); Atalaia, em Atalaia (AL); Betel, em Sena Madureira (AC); Iporaense, em Iporá (GO); Bonfinópolis, em Bonfinópolis (GO); Arara, em Arara (PB); Mozarlândia, em Mozarlândia (GO).

As emissoras de TV de Cascavel (PR) e Pony, em Taubaté (SP) tiveram suas concessões renovadas. As seguintes rádios também tiveram suas concessões renova-



Maguito Vilela: ex-ministro também foi senador e deputado e prestou relevantes serviços ao país

das: Paranaíba, em Itumbiara (GO); Anhangüera, em Goiânia (GO); Apucarana, em Apucarana (PR); Porto de Cima, em Paranaíba (PR); e Porto Alegre de Curitiba (PR). Os pareceres irão a Plenário.



Comissão de Educação acolheu substitutivo que atribui ao Ministério da Defesa a divulgação de atividades do Exército, Marinha e Aeronáutica

## Comissão aprova TV a cabo para as Forças Armadas

As Forças Armadas poderão ter um canal próprio de televisão a cabo sob a responsabilidade do Ministério da Defesa, que será incumbido de divulgar as atividades dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica. O primeiro passo foi dado ontem pela Comissão de Educação (CE), que aprovou substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) ao projeto do senador Luiz Otávio (PPB-PA). Na sua forma original, o projeto propõe a criação de um canal reservado somente para o Comando do Exército. A matéria foi aprovada de forma terminativa e seguirá direto para a Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Luiz Otávio argumentou que dotar o Exército de uma TV a cabo traria inestimável apoio para o cumprimento de suas funções de defesa da Pátria e garantia da lei e



Proposta de Marluce Pinto amplia projeto original ao conjunto das Forças Armadas

da ordem, "além de servir de veículo ímpar para a promoção, junto aos brasileiros, dos valores morais e cívicos". Marluce Pinto apoiou as colocações de Luiz Otávio, mas achou por bem estender o canal aberto de televisão à Marinha e à Aeronáutica. Segundo ela, essas duas Forças também prestam relevantes serviços à nação.

## Moreira destaca bolsa universitária em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) destacou ontem em Plenário a importância do Programa Bolsa Universitária para a educação no estado de Rondônia. Ele explicou que o programa vai distribuir aproximadamente 500 bolsas no valor de R\$ 200 para os estudantes universitários do estado. Moreira Mendes informou que a totalidade dos recursos aplicados no programa é proveniente do Tesouro do estado.

O parlamentar observou que concorrerão às bolsas universitárias os estudantes que obtiverem as maiores notas, de acordo com o critério de classificação de cada instituição de ensino. O benefício será recebido mediante compro-

vação de frequência no curso universitário.

Moreira Mendes mencionou ainda que em pouco tempo todos os professores das redes pública e particular de Rondônia terão curso superior, de modo que o estado será o primeiro do país a cumprir as exigências previstas na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

— Não há nenhum município ou cidade de Rondônia que tenha deixado de receber algum incentivo do governador José Bianco. O governador entregou cerca de 150 ginásios de esportes cobertos para que as crianças e os adolescentes possam desenvolver e praticar atividades poliesportivas — completou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti e Osmar Dias